

38º Encontro Anual da Anpocs

GT 27
Partidos e sistemas partidários

Esquerda e direita: velhos e novos temas

Fernando Scheeffer

Caxambu/MG
2014

ESQUERDA E DIREITA: VELHOS E NOVOS TEMAS

Fernando Scheeffler¹

RESUMO

Poucos temas possuem tanto destaque na Ciência Política como os termos esquerda e direita, usados indiscriminadamente e arbitrariamente como se significassem algo *a priori*. Diante desse contexto, o presente artigo tem o intuito de buscar clarificar o que representa a dicotomia esquerda e direita em tempos atuais. Para isso é feita uma distinção entre as velhas ideologias ou ideologias clássicas e os novos temas que fazem parte do debate contemporâneo. Em síntese, é possível afirmar que em se tratando de ideologias clássicas a divergência fundamental está na defesa de um Estado mais ou menos interventor: a questão econômica é central. Já em se tratando de novos temas as controvérsias essenciais se dão em outros planos e extrapolam essa dimensão tradicional. Na dimensão econômica diminuir a intervenção e regulamentação estatal está associado com ser de direita. O oposto está associado à esquerda. Justamente o inverso ocorre quando tratamos de compreender a ação do estado em relação aos costumes. O fato é que mais do que uma "desideologização", o que se percebe nos últimos tempos é uma metamorfose ideológica pouco estudada pela Ciência Política.

Palavras-chave: esquerda; direita; ideologias.

INTRODUÇÃO

Não há como negar que na Ciência Política, mais especificamente no campo de estudo das ideologias políticas, a terminologia esquerda e direita tem tido destaque através dos tempos e frequentemente é utilizada enquanto norteadora do comportamento dos mais variados agentes políticos, permanecendo assim viva no imaginário social de especialistas e de grande parte do público leigo.

Traço marcante da chamada cultura pós-moderna é a defesa de que os conceitos de esquerda e direita tornaram-se obsoletos com a crescente complexidade do sistema político-partidário e, sobretudo, com a crise do socialismo real. Diante desse quadro nebuloso, a crença que ganha destaque é a de que os diferentes grupos políticos, no fim das contas, formulam programas semelhantes ao compartilharem os mesmos fins imediatos. Como decorrência desse modo de percepção, tem-se a vigência da premissa de que em dias atuais, por estas e outras razões, não teria mais sentido falarmos em campos ideológicos diversos e, como decorrência, utilizar uma nomenclatura para destacar supostas diferenças que já não mais existem.

¹ Mestre em Gestão de Políticas Públicas e doutorando em Sociologia Política (UFSC).

Como expõe Heywood (2010), o fato é que todos nós pensamos politicamente. Tendo ou não consciência disso, as pessoas usam ideias e conceitos políticos sempre que emitem opiniões sobre os mais diversos temas. Nossa linguagem cotidiana está repleta de termos como "liberdade", "igualdade", "justiça" e "direitos" e, da mesma forma, as pessoas costumam usar palavras como "conservador", "liberal", "comunista" e "fascista" para descrever seus pontos de vista e os de outros.

Levando em conta este cenário, exercício importante é buscar analisar o que esses conceitos, com conotações de várias ordens, representam nos dias atuais, se é que ainda representam. O fato é que poucas terminologias ganharam tamanha dimensão como a díade esquerda e direita, embora curiosamente poucas sejam repletas de significados tão ambivalentes. Como apontam Madeira e Tarouco (2011), deve-se atentar para algo que por parecer trivial pode passar despercebido: o significado substantivo da dicotomia esquerda e direita não é um dado *a priori*.

Diante desse contexto nebuloso, o presente artigo se propõe a melhor analisar o significado dessa terminologia em tempos recentes. Afinal, qual a origem do termo? Em que consistem as ideologias clássicas? Quais são as "novas" ideologias? Qual a relação entre os velhos e novos temas? Estas e outras questões parecem ser fundamentais para tornar este tema menos controverso. Para dar conta desses entraves o trabalho em questão em um primeiro momento busca apresentar a origem da dicotomia esquerda e direita, assim como o componente ideológico desse primeiro momento. Feito isso, serão apresentadas novas questões buscando verificar possíveis relações entre as "velhas" e as "novas" ideologias.

DIREITA E ESQUERDA: ORIGEM E DISTINÇÕES CLÁSSICAS

Conforme Bobbio et al. (1998), falar em ideologia é falar dos diferentes sistemas de crenças políticas, conjuntos de ideias e de valores a respeito da ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos. David Easton, citado por ele, vê nas ideologias aquelas interpretações e aqueles princípios éticos explícitos e elaborados que definem o escopo, a organização e as fronteiras da vida política e oferecem uma interpretação do passado, uma explicação do presente e uma visão do futuro. De forma complementar, Heywood (2010a) afirma que as ideologias oferecem

uma "visão de mundo", uma concepção de "sociedade ideal" e em última instância como a mudança política pode ser alcançada, ou seja, como chegar de "a" a "b".

Para que se possa entender o que supostamente representam os conceitos de direita e esquerda hoje, o primeiro passo é entender o surgimento dessas terminologias. Elas advêm da Revolução Francesa (1789), quando iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da primeira constituição francesa e quando os representantes políticos se posicionaram em lugares diferenciados nos assentos do plenário. De forma bastante simplificada, é possível afirmar que à esquerda do plenário sentaram-se delegados identificados com o igualitarismo e buscando uma reforma social, ao passo que na direita um grupo identificado com a aristocracia e o conservadorismo (TAROUCO; MADEIRA, 2013).

Então, como se pode notar, os termos direita e esquerda, embora etimologicamente tragam uma conotação espacial, em se tratando de ideologias políticas, passou a denotar perfis político-ideológicos distintos. De forma geral é possível afirmar que existem três grandes formas de visualizar esta questão nos dias atuais. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa. Por outro lado, há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura. Já um terceiro grupo, a grande maioria, sugere a atualização do significado das terminologias ao acreditar que atualmente os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem.

Representando o primeiro grupo, Sader (1995) afirma que a esquerda representa o conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações que resultem na instauração de uma ordem diferente da capitalista, ou transformações que resultem em uma reformulação substancial da mesma. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar de acordo com uma esquerda mais ou menos "radical", o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatório assumido. A direita, por outro lado, se refere às forças favoráveis à manutenção da ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar o sistema que está dado.

Em contraposição a Sader (1995), atualmente também está em voga a tese do "fim" ou do "declínio" das ideologias políticas. Essa tese ganhou forma por volta da metade dos anos 50 apoiada na proposição de que passaria haver uma relativa atenuação do extremismo com que se tinham manifestado os fins e os objetivos ideológicos e também que tinha havido um desaceleramento da intensidade emotiva com a qual

aqueles fins e aqueles objetivos eram perseguidos (BOBBIO et al., 1998). Nesse momento começa a criar forma a crença de que chegamos ao fim da história, evidenciada na célebre obra de Fukuyama (1992) “O fim da história e o último homem”. Verificada a derrota de todas as alternativas políticas à democracia liberal, segundo ele presenciamos o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas. O esforço principal de Fukuyama é o de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal.

O fim da URSS tirou o grande referencial "real" do movimento comunista. Sem ele, considerável parte da Esquerda sentiu-se perdida teórica e praticamente. Surge a partir deste momento a crença de que chegamos ao fim da história, evidenciada na célebre obra de Francis Fukuyama: “O fim da história e o último homem”. Verificada a derrota de todas as alternativas políticas à democracia liberal, segundo ele presenciamos o estágio mais avançado na progressão das sociedades humanas. O esforço principal de Fukuyama é o de revigorar a tese de que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o coroamento da história da humanidade, ou seja, de que a humanidade teria atingido no final do século XX, o ponto culminante de sua evolução com o triunfo da democracia liberal. Com algumas variantes, o Liberalismo fundado no terreno político na democracia burguesa e no terreno econômico no direito de livre atividade econômica, é o que se sobressai sobre todos os demais sistemas e ideologias concorrentes. As propostas que se contrapõem estariam na defensiva e representariam o conservadorismo e o atraso (FUKUYAMA, 1992).²

Por outro lado é possível supor que a ascensão capitalista e a derrocada da antiga URSS e dos regimes socialistas não são suficientes para se afirmar que os termos esquerda e direita estejam ultrapassados e não tenham mais significação. Isso por que para uma gama significativa de autores a dicotomia esquerda-direita vai além da bipolaridade capitalismo-socialismo que orientou toda a ordem política mundial durante anos. Desta forma não se poderia dizer que o fim dessa bipolaridade represente o fim da dicotomia esquerda-direita, pois os princípios típicos de esquerda, como a igualdade e a

² Fukuyama não contrapõe à chamada democracia liberal somente ao socialismo, mas também aos regimes autoritários (totalitarismos) de direita como o nazismo, fascismo e as várias ditaduras militares que entraram em colapso.

justiça social, não acabam com o fim da bipolaridade. O fim dos regimes socialistas pode representar a derrocada de uma via que possibilitava a realização desses ideais, mas não que essa seja a única via. Sendo o capitalismo predominante praticamente no mundo inteiro, somos obrigados a pensar a dicotomia esquerda-direita de uma forma diferente sem, entretanto, chegarmos ao ponto de dizer, como muitos, que não há mais sentido ou necessidade de tocarmos nestes termos (FREITAS, 2004).

Um dos defensores mais conhecidos da crença de que é necessário atualizar o significado desta terminologia foi Norberto Bobbio (1995). Para o autor, a distinção entre direita e esquerda continua a ser usada, o que sugere que o problema se desloca: agora não se trata mais de comprovar sua legitimidade, mas de examinar os critérios propostos para sua legitimação. Neste sentido, para ele, há distinção significativa entre as pessoas neste espectro. Ele utiliza-se dos conceitos de igualdade (que para a esquerda deve ser priorizada), em detrimento da liberdade (que para a direita deve ser conservada, mantendo-se as desigualdades entre os homens, tidas como naturais). Igualdade e liberdade caracterizam toda a trama de relações práticas e ideais de que é tecido o projeto democrático. O igualitário parte da convicção de que a maior parte das desigualdades são sociais e enquanto tais elimináveis; o inigualitário, ao contrário, parte da convicção oposta, de que as desigualdades são naturais e, por isso, inelimináveis. “A antítese não poderia ser mais radical: em nome da igualdade natural, o igualitário condena a desigualdade social; em nome da desigualdade natural, o inigualitário condena a igualdade social” (BOBBIO, 1995, p. 122).

Em relação a essa temática, Giddens (1996) acredita que essa díade permanece válida, mas apenas em um plano bastante geral. No todo, a direita aceita melhor a existência de desigualdades do que a esquerda e está mais propensa a apoiar os poderosos do que os desprovidos de poder. Esse contraste é real e continua sendo importante. Segundo o autor, os neoliberais aceitam a importância da desigualdade e, até certo ponto, a veem como um princípio motivador da eficiência econômica. Os que criticam os neoliberais geralmente o fazem por considerarem os modelos de livre mercado produtores de uma sociedade excessivamente dividida; eles querem menos desigualdade e não mais.³

³Aspecto bastante importante levantado por Giddens (1996) é a troca de posições atualmente entre Direita e Esquerda. O radicalismo na sua essência significava não só a realização de mudanças, mas o controle dessa mudança de forma a conduzir a história para a frente. E é este projeto, segundo ele, que agora parece ter

Parece não se ter dúvida de que o fim da União Soviética e a queda do "Muro de Berlim" retiraram as bases materiais mais fortes que sustentavam o movimento comunista mundial. A clássica esquerda entrou em forte crise teórica da qual está tendo dificuldade de se recuperar. Uma das alternativas teórico-práticas encontradas (conscientemente ou por intermédio de "erro e acerto") pela nova esquerda foi a do tipo "terceira via", onde se abandonam os rótulos ideológicos tradicionais. Para Giddens (2000), a direita e a esquerda ainda representam forças distintas e divergentes quanto ao futuro do *welfare state*. A maioria dos social-democratas defende um Estado com dispêndio elevado, ao passo que os neoliberais defendem um Estado mínimo. Essa parece ser a discrepância e a disputa fundamental entre a "nova esquerda" e o "novo liberalismo". De um lado, em prol da justiça a "nova esquerda" abandona o objetivo inicial de abolir o capitalismo e, em vez disso, se contenta em reformá-lo ou "humanizá-lo" por meio de um Estado interventor.⁴ Por outro, privilegiando a liberdade individual, o neoliberalismo passa a ser a roupagem da "nova direita", que acreditando nas benesses do mercado defende um Estado mínimo.

Além de temas como a pobreza e as diferentes concepções sobre desigualdade apresentadas por Bobbio (1995), é possível constatar que outros temas têm relação com essas divergências, embora não seja algo tão óbvio. Um deles é a divergência em relação às causas e forma de superação da criminalidade. Se de um lado a criminalidade pode ser vista em grande medida compreendida como fruto de escolhas dos indivíduos, por outro, a mesma pode ser compreendida como decorrência de um contexto social perverso, ou seja, fruto de uma patologia social. Como expõe Souza (2009), a controvérsia fundamental se dá entre os que de um lado compartilham a crença da igualdade de oportunidades que alicerça a ideologia do mérito individual e, por outro, os que acreditam que condições, não só materiais mas também simbólicas, explicam em grande parte como grupos constroem-se e reproduzem-se como bem sucedidos ou fracassados desde o berço. A direita optaria por defender o primeiro argumento, ao passo que a esquerda, ao negar essa premissa, tenderia a achar mais coerente o segundo. Essas diferentes compreensões explicam os posicionamentos sobre, por exemplo, a defesa ou

entrado em declínio. Ser conservador, por outro lado, significa sobretudo querer preservar. Nas atuais circunstâncias parece que a Esquerda vem tentando preservar o *welfare state* em vez de tentar abalá-lo. Segundo ele a esquerda se tornou conservadora enquanto a Direita, inspirada no neoliberalismo, possui uma proposta clara para o futuro do capitalismo.

⁴ Se optou por não enfatizar a concepção marxista por compreender que as estratégias propostas pela "nova esquerda" vêm ganhando força no mundo inteiro, sem entrar no mérito dos limites de um ou outro modelo.

não da redução da maioria penal. A direita enfatizando a culpabilização exclusiva dos agentes transgressores defenderia esta iniciativa, ao passo que a esquerda ressaltando o caráter social do crime consideraria estratégias dessa natureza bastante restritivas. O mesmo se aplica ao tema pena de morte. Segue abaixo uma tentativa de sistematização de algumas diferenças da esquerda e da direita nesse campo de discussão.

Quadro 1 - Divergências em relação à temas ligados às ideologias clássicas

Esquerda	Direita
A intervenção econômica deve se dar sempre que se julgar necessário.	O Estado deve se abster de questões econômicas já que o mercado se auto-regula como se houvesse uma "mão invisível" orientando esse processo.
A pobreza se dá, sobretudo, por desigualdade de oportunidades. Enquanto problema social, pode ser atacado via programas sociais ou superação da ordem no caso de uma esquerda mais radical.	A pobreza em sua essência é tida como falta de esforço. Dessa forma, sempre existirão ricos e pobres, pessoas mais e menos esforçadas.
A criminalidade pode ser explicada, essencialmente, pela inserção em um contexto social que oferece desigualdade de oportunidades.	A criminalidade é fruto de escolha dos indivíduos, ou seja, de responsabilidade individual dos sujeitos envolvidos.
A carga tributária deve ser extensiva para financiar o Estado e oferecer serviços de qualidade para os que precisarem.	Os tributos são maléficos pois sobrecarregam as empresas e desfavorecem o crescimento econômico.
Defesa de uma ampla legislação trabalhista que normatize o mundo do trabalho.	O mercado de trabalho deve ser desregulado visto que o mercado auto-regula as relações trabalhistas.
Os serviços, sobretudo aqueles estratégicos, devem ser oferecidos pelo Estado.	Buscando diminuir o tamanho do Estado uma boa estratégia é passar para a iniciativa privada serviços que são estatais (privatização).

Fonte: elaborado pelo autor.

O quadro acima, mesmo que sucinto, tem o intuito de dar uma noção de questões clássicas que diferenciam esquerda e direita. Essa configuração permite aferir que as ideologias clássicas tratam-se de divergência em relação à intervenção social e econômica. As divergências em relação ao "melhor" modelo econômico têm um papel preponderante nesse sentido estreito de ideologia e suscitam uma série de questões: Qual o alcance dessa dimensão hoje? Qual o grau de independência dos novos temas ou em que medida são adornos das ideologias anfitriãs? A resposta a essas questões se faz pertinente dados os novos temas que dividem a opinião pública e os agentes políticos em tempos recentes e tendo em vista que as categorias esquerda e direita são utilizadas continuamente e de forma pouco rigorosa na Ciência Política. A seção seguinte buscará apresentar algumas possíveis respostas para as questões acima suscitadas.

VELHAS IDEOLOGIAS CEDEM LUGAR À NOVAS?

É impossível negar que em período recente temos uma reação a muitos ideais da modernidade e uma conseqüente perda do otimismo em relação ao seu potencial enquanto projeto. Fica então uma pergunta substancial: estaríamos vivendo uma crise da modernidade ou na modernidade? Se para Rouanet (1993) a modernidade está em crise, pois estamos vivendo o fim de um modelo civilizatório, o que justificaria falar até em pós-modernidade, para Bauman (1999) seria o atual momento a oportunidade de convivermos com a ambivalência, nos acostumarmos com o diferente, o desigual, o outro, uma tolerância jamais imaginada ou praticada na modernidade.⁵

Como aponta Heywood (2010a), no cerne das mudanças que estamos presenciando está a transição das sociedades industriais para as pós-industriais. Nas sociedades industriais as divisões de classe eram relativamente mais claras, por exemplo, o que contribuía para a estruturação do processo político, sistema partidário, competição entre grupos de interesse e o próprio debate ideológico. Já as sociedades pós-industriais são diferentes em vários aspectos. As questões eminentemente materiais ou de sobrevivência se tornam secundárias para uma proporção cada vez maior da população. Em condições mais prósperas, os indivíduos manifestam maior interesse por questões "pós-materiais". Se fazem presentes temas como igualdade entre os sexos, paz mundial, harmonia racial, proteção ambiental e direitos dos animais.

O célebre defensor do chamado pós-materialismo é Inglehart (1977). Segundo ele haveria após a segunda metade do século XX uma lenta e gradual mudança de um amplo espectro de valores humanos. Tais mudanças, por este viés, representariam mudanças profundas no mundo do trabalho, no campo religioso, nas relações de gênero, nas orientações sexuais e na atividade política. Em tempos de escassez os seres humanos tenderiam a priorizar objetivos relacionados ao desenvolvimento material e colocariam em segundo plano questões transcendentais, subjetivas ou de longo prazo. Em tempos de mudanças socioeconômicas significativas que caracterizariam as sociedades pós-industriais, haveria como decorrência mudanças significativas nas prioridades individuais. Questões econômicas perdem espaço e dão lugar a um esforço diferenciado

⁵ Vários autores se propuseram a analisar a chamada crise da ou na modernidade, com nomes distintos e enfoques mais ou menos otimistas. Ulrich Beck (2011) proclamou a transição da "primeira" para a "segunda" modernidade. Anthony Giddens (1996) fala de uma passagem da modernidade "simples" para a "reflexiva". Zygmunt Bauman (1999) reflete sobre a mudança da modernidade "sólida" para uma modernidade "líquida".

para maximizar o bem-estar no mundo contemporâneo. Em suma, depois de alcançada a segurança material, dá-se espaço a questões pós-materiais como qualidade de vida em seu sentido amplo, preservação ambiental, possibilidade de auto expressão, dentre outras. Para Santos (2006) estamos a vivenciar uma crise do projeto cultural da modernidade, um período de transição de paradigma societal. Não há como negar o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo, diversidade cultural e em última instância ontológica ao permitir múltiplas concepções de ser e estar no mundo.

O novo cenário fluido proposto por uma gama significativa de autores tenta expor a complexidade de um tempo em que as divergências e os antagonismos vão além do mundo material, bem como da concepção do "melhor" Estado possível. Smith, citado por Mair (2007), ressalta a plasticidade da dimensão esquerda-direita, a capacidade desses termos acomodarem novas questões e novos padrões de competição. Segundo Heywood (2010a, p. 28):

[...] há ideologias "grossas" ou "finas" conforme o alcance de sua estrutura conceitual. Enquanto o liberalismo, o conservadorismo e o socialismo baseiam-se num amplo e característico conjunto de valores, doutrinas e crenças, o anarquismo e o feminismo, por exemplo, são mais "finos", tendo em geral um caráter "transversal", visto que incorporam elementos de tradições ideológicas mais "grossas". Isso também explica o porquê das confusões e debates sobre se o nacionalismo e o multiculturalismo são ideologias por si sós ou apenas "adornos" de outras ideologias "anfitriãs".

Se é fácil constatar o quanto que as ideologias se metamorfoseiam através dos tempos, a grande dilema está em saber quais delas são "braços" das primeiras ou então novas questões e, por isso, independentes. Heywood (2010a; 2010b) busca apresentar as principais ideologias clássicas assim como as "novas" ideologias, além de buscar desmistificar as relações entre elas. As "novas ideologias", segundo ele, diferem das "clássicas" por várias razões, sendo três as principais diferenças. Em primeiro lugar, houve uma mudança de enfoque da economia para a cultura. Ideologias como o liberalismo e o socialismo, por exemplo, se ocupavam primordialmente de questões de organização econômica. As "novas" ideologias, diferentemente, estão mais interessadas na cultura do que na economia. Valores, crenças e estilos de vida das pessoas se sobrepõem à busca por conforto econômico ou justiça social. Em segundo lugar, o termo classe social passa a dar lugar à identidade. Falar em identidade é vincular o pessoal ao social. Não se nega o contexto cultural, social e ideológico, ao mesmo tempo que se leva em consideração a possibilidade de escolha e autodeterminação (individualização). Por

fim, o universalismo dá lugar ao particularismo. As novas ideologias, diferente das ideologias clássicas, enfatizam fatores como gênero, cultura, etnia. Ganha destaque a "política da diferença" e declina a política da emancipação universal.

Para Heywood (2010b), a partir dos anos 1960, o panorama ideológico passa por transformações importantes. Não só ocorreriam mudanças nas ideologias bem estabelecidas ou "clássicas", como também surgiria uma série de "novas" tradições ideológicas. Podem ser consideradas novas, pois deram notoriedade sem precedentes a certas áreas do debate ideológico. Segundo ele as mais significativas são o feminismo, o ecologismo, o fundamentalismo religioso e o multiculturalismo. Cada uma, a seu modo, ressaltou o quão fragmentado passa a ser o debate ideológico.

Uma das lutas recentes encampadas por vários movimentos sociais é o feminismo. O feminismo, movimento "inventado" no século XX com o intuito de fortalecer o papel social da mulher, parte de dois princípios básicos: o de que as mulheres vivem em desvantagem por serem mulheres, e o segundo, decorrente do primeiro, o de que essa desvantagem pode e deve ser abolida. A esquerda encamparia essa luta visto que, em nome da igualdade estaria mais disposta a buscar efetivar esse ideal, enquanto a direita tenderia a considerar natural e inevitável o patriarcado. Defende um homem "público" e uma mulher "particular", dito de outra forma, as mulheres nasceram para ser esposas e mães. Na melhor das hipóteses, segundo ele, os conservadores argumentam que apoiam a igualdade social visto que as responsabilidades familiares são tão importantes quanto os deveres públicos dos homens. Seriam as mulheres então, "iguais, mas diferentes".

Já o ecologismo enquanto ideologia política parte do princípio que a natureza é um todo inter-relacionado incluindo os seres humanos, não humanos e objetos inanimados. Os ecologistas adotam, assim, uma perspectiva ecocêntrica ou biocêntrica, priorizando a natureza ou o planeta, em distinção às perspectivas antropocêntricas, centradas no homem. Nesse contexto, a preocupação com a questão ambiental é alvo de divergências por parte das ideologias clássicas. Elas divergem em relação às origens da crise ecológica contemporânea e de como dar conta da problemática ambiental (HEYWOOD, 2010b).

Cunha e Guerra (2003) afirmam que o grande dilema político-ideológico no que diz respeito ao enfrentamento da questão ambiental passa pelas respostas a algumas perguntas como: quais as melhores instituições para a regulação do uso e acesso aos

recursos naturais? É possível conciliar intervenção do poder público e auto-regulação? Mecanismos de mercado podem auxiliar o controle da exploração dos recursos naturais? O modo de responder tais questões denota divergências importantes em relação ao papel do Estado na proteção ao meio ambiente e na regulação do uso dos recursos naturais. Em se tratando de exploração dos recursos naturais, a regulação do Estado passou a ser defendida como solução para dar conta da contradição entre os interesses individuais e os interesses coletivos, entretanto a maior divergência está em quanto que os mecanismos de mercado poderiam fazer o enfrentamento aos problemas sociais de forma ou exclusiva ou pelo menos complementar. Os inúmeros certificados ambientais ou selos verdes seriam exemplos de mecanismos privados de regulação ou auto-regulação. Como aponto Sachs (1986), para esse segundo grupo, a política ambiental estatal é percebida pelos interesses privados como um empecilho. São custosas e uma ameaça ao crescimento econômico.

Nesse sentido, a direita, mesmo travestida do conceito de desenvolvimento sustentável tem um enfoque claramente desenvolvimentista aliado à boa administração dos recursos naturais. A natureza é tida como um recurso para satisfazer as necessidades humanas. Por isso, raras vezes questiona o domínio humano sobre ela. Já para a esquerda este enfoque é passível de crítica visto que pode ser considerado reducionista ao ignorar aspectos qualitativos da relação entre homem e natureza. Nesta perspectiva a crise ambiental pode ser entendida como consequência de uma forma ideológica racionalizadora que produz e reproduz um estilo insustentável de desenvolvimento.⁶

A título de ilustração podemos citar o atual debate sobre a reforma do código florestal brasileiro. Ao menos em teoria a direita (ruralistas) tenderia a defender o agronegócio e restrições mais amenas ao passo que a esquerda (ambientalistas) proporia maiores restrições e punições mais severas ao descumprimento da lei. O primeiro grupo consideraria que a legislação vigente é um entrave para a produção ao passo que o segundo veria uma importância significativa deste aparato legal para o controle do desmatamento e dos custos ambientais.

⁶ Melo (2006) e Montibeller-Filho (2010) são exemplo de autores que fazem uma crítica de esquerda sobre a problemática ambiental. Para ambos a crise ambiental, antes de qualquer coisa, tem sua raiz na crise social (civilizatória), na relação patológica entre homem e natureza.

Heywood (2010b) chama de fundamentalismo religioso⁷ a ideia de um movimento ou projeto político-religioso, isto é, a defesa de uma sintonia ou complementaridade entre religião e política. A religião apresenta concepções "mundanas" e por isso pode ser considerada como base da política. O fundamentalismo em sua essência pode ser considerado uma tendência a reconhecer determinados princípios como "verdades" o que o faz virar as costas para o mundo moderno. É chamada de "nova direita cristã" uma ampla coalizão de grupos essencialmente preocupados com questões morais e sociais e que procuram restabelecer uma "cultura cristã". No caso brasileiro Marco Feliciano e Jair Bolsonaro passam a ser representantes de uma direita conservadora que em nome da defesa da família abomina tudo aquilo que direta ou indiretamente fere a tradição, o discurso religioso, justificando assim iniciativas como propor uma "cura gay" ou o combate ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. Nas palavras de Almeida (2001), para a direita a homossexualidade não é bem visto já que abala os valores que regem a vida social. Para a esquerda, ao contrário, os direitos dos homossexuais devem ser reconhecidos, visto que suas opções sexuais não causam danos a terceiros. São temas vinculados a esse ideário ainda a não aceitação do aborto e da legalização da maconha.

Um dos "novos temas" mais proeminentes segundo Heywood (2010b) e Dalton, Farrell e McAllister (2011) é o multiculturalismo. Para Heywood (2010b) este é muito mais uma arena de discussão do que uma ideologia em si. Agrupa divergências em torno das consequências da crescente diversidade cultural e a possibilidade da diversidade dentro da unidade. O denominado multiculturalismo ressalta a importância da cultura em detrimento da "natureza". Essa preocupação justifica a importância de temas como etnicidade e idioma. A esquerda, em nome da defesa dos direitos multiculturais ou das minorias defenderia uma discriminação "positiva" para assegurar igualdade, ou seja, políticas públicas que garantiriam acesso de bens e serviços a grupos marginalizados. Recusa a premissa de que a diversidade gera conflito ou instabilidade. A direita, por sua vez, se opõe ao multiculturalismo, pautada na crença central de que valores

⁷ Heywood (2010b) destaca que o termo "fundamentalismo" é rejeitado pelos seus seguidores por considerarem o mesmo simplista e degradante. Preferem se definir como "tradicionalistas", "conservadores" ou em alguns casos como "evangélicos".

compartilhados e uma cultura comum são pré-requisitos necessários para o bom andamento da sociedade.⁸

Uma discussão recente no Brasil que se encaixa nessa categoria e que demonstra um campo de disputas fervoroso é a defesa ou abominação do sistema de cotas para afro-descendentes nas universidades. Guimarães (1999) afirma que discutir políticas de ação afirmativa passa pelo debate e confronto entre duas perspectivas predominantes e relacionadas às categorias esquerda e direita. A esquerda aceitaria o tratamento de modo diferenciado e privilegiado de indivíduos pertencentes a grupos que sofrem ou sofreram uma discriminação negativa. Questiona as noções de individualismo e mérito o que, segundo ela, não passaria de uma fachada ideológica para mascarar uma prática corriqueira e sistemática de opressão e exploração de grupos marginalizados. A direita por sua vez atribui aos indivíduos a responsabilidade pela posição social que ocupam. Dito de outra forma, se há algum grupo, seja ele racial, étnico, religioso, sexual, em desvantagem em qualquer sociedade, tal desvantagem pode ser explicada pelas características individuais dos membros. Nesse sentido qualquer interferência estatal em matérias dessa ordem é considerada indevida. De um lado se teria a defesa das ações afirmativas enquanto políticas compensatórias e uma forma de discriminação positiva para amenizar uma desigualdade de oportunidades histórica. Negado um contexto adverso as ações afirmativas seriam uma afronta à noção de mérito e valor/esforço individual.

Mesmo sendo uma discussão extremamente complexa, de forma bastante simplificada é possível afirmar que a esquerda, em nome de uma suposta exclusão histórica e uma rotulação imposta pela cor, defende com maior vigor as ações afirmativas e o sistema de cotas ao concebê-las como estratégias compensatórias para dar conta e uma ainda velada discriminação racial. A direita, diferentemente, tende a minimizar a discriminação racial. O sistema de cotas, por essa ótica, seria um instrumento perverso por ser um desestímulo ao empenho pessoal, acarretar a estigmatização dos grupos privilegiados e, essa sim, ser uma discriminação sem precedentes.

Nesses termos, uma questão ideológica importante no nosso tempo passa a ser em que medida é possível aliar diversidade à unidade, o grau de aceitação do diferente e, em última instância, a crença de que se deve ou não buscar oferecer igualdade de

⁸ O caráter conservador do posicionamento de direita fica claro em experiências recentes como o nacionalismo racial do fascismo e a teoria racial nazista (HEYWOOD, 2010b).

oportunidades a todos. Nesse sentido, "sob vários aspectos, o multiculturalismo pode acabar sendo a grande ideologia do século XXI" (HEYWOOD, 2010b, p. 113). Segue abaixo um quadro-síntese com o propósito de didaticamente demonstrar o posicionamento da esquerda e da direita sobre alguns novos temas presentes no cenário atual.

Quadro 2 - Divergências em relação aos novos temas

Esquerda	Direita
Descriminalização do aborto.	Aborto ilegal.
Liberação do uso da maconha.	Uso ilegal da maconha.
Legalização da união entre pessoas do mesmo sexo.	Proibição da união matrimonial de duas pessoas do mesmo sexo.
Defesa de ações afirmativas para grupos considerados desprivilegiados.	Ações afirmativas tidas como medidas discriminatórias.
Prioridade para a problemática ambiental.	O uso restrito da natureza impede o crescimento econômico.
Religião menos importante.	Religião mais importante.

Fonte: Adaptado de Almeida (2001).

O quadro acima apresenta um panorama bastante geral de algumas questões que dividem opiniões sem a pretensão de conseguir reduzir a um quadro o número exaustivo de temas contemporâneos que se fazem presentes.

Dalton, Farrell e McAllister (2011), de forma semelhante à Heywood (2010b), destacam que historicamente os termos esquerda e direita estavam ligados a posições contrastantes em relação a questões de bem-estar econômico e social. Um cidadão identificado com o ideário de esquerda apoiaria um papel atuante do governo na economia e serviços sociais mais amplos para assegurar o bem-estar da classe trabalhadora. A direita, distintamente, era sinônimo de defesa de um Estado mínimo, programas sociais modestos e a defesa dos interesses econômicos da classe média. Hoje, no entanto, a dicotomia extrapola essas questões sócio-econômicas. Uma série de outras questões entraram na agenda política e passaram a fazer parte do âmbito esquerda e direita. Mais do que isso, para um operário alemão esquerda pode significar políticas de assistência social, já para um jovem estudante universitário pode significar proteção ambiental e multiculturalismo.

Ao buscar ir além das ideologias clássicas é importante se ter cuidado no uso de alguns termos que, em se tratando de novas ideologias podem ter significado distinto, se não totalmente contraditórios. Falar em liberalismo enquanto ideologia de direita, por

exemplo, só faz sentido em se tratando da não intervenção social e econômica do Estado o que, infringiria a liberdade individual. Nesse caso estamos nos referindo ao liberalismo político e econômico enquanto ideologia clássica que prevê a defesa de um Estado mínimo. Em novos temas, o chamado conservadorismo, roupagem da nova direita, se sobressairia em relação à defesa da liberdade individual. Quando falamos em liberalismo em termos não econômicos a correlação é invertida, estamos falando de uma defesa da esquerda. Dito de outra forma, Almeida (2001) expõe que na dimensão econômica diminuir a intervenção e regulamentação estatal está associado com ser de direita. O oposto está associado à esquerda. Justamente o inverso ocorre quando tratamos de compreender a ação do estado em relação aos costumes. A punição ou regulamentação de comportamentos sociais e culturais como criminalizar o aborto está associado à direita. A não ação social nesse caso está associada à esquerda.⁹

Empiricamente é possível constatar que atitudes de esquerda e direita estão diretamente relacionadas a clivagens políticas existentes e diferentes em cada país. Em Taiwan essas orientações estão ligadas a divergências em relação à independência do país e às relações com a China. No México a questão da corrupção e mais recentemente o cartel de drogas são importantes. A variável cultural como igualdade de gênero e tolerância social, tem praticamente o mesmo peso da variável econômica e é uma clivagem fortemente relacionada com as posições de esquerda e direita hoje. A variável ambiental tem menor peso. No geral, a dimensão esquerda e direita consegue fazer um bom mapeamento das divergências político-ideológicas, inclusive internacionalmente (DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011).¹⁰

Madeira e Tarouco (2011) ressaltam este componente indispensável na discussão sobre o significado dos termos esquerda e direita: seu aspecto relacional. É indispensável se atentar para a agenda política de cada país. As definições variam de país para país e em um mesmo país ao longo do tempo e talvez por isso o debate é tão repleto de

⁹ Nas palavras de Heywood (2010a, p. 97), a "[...] nova direita é como um casamento entre duas tradições ideológicas aparentemente antagônicas. A primeira delas é a economia liberal clássica (crítica ao governo "grande" e à intervenção social e econômica). Ela é chamada de nova direita liberal, ou neoliberalismo. O segundo elemento da nova direita é a teoria social conservadora tradicional que enfatiza sobretudo a defesa da ordem, da autoridade e da disciplina. Esta é chamada de nova direita conservadora, ou neoconservadorismo."

¹⁰ As informações fornecidas pelos autores provêm de uma base empírica oriunda de questionários aplicados em 36 países de 2001 a 2006. As questões foram agrupadas em três grandes dimensões: econômica, ambiental e cultural.

controvérsias. Alguns países possuem questões históricas específicas como a identidade nacional no Japão, a religião na Turquia e a questão palestina em Israel.¹¹

Como aponta Thomassen (1999) não há como negar que a dimensão esquerda/direita é um poderoso instrumento de simplificação e comunicação e como tal vem incorporando e absorvendo uma série de conflitos e problemas societários recentes. O conflito de classes perde importância e questões pós-materialistas vem à tona. Entretanto, Thomassen (2012) ao se debruçar recentemente sobre como se dá a representação política na Holanda constata que há um “canto cego” nesta discussão. Questiona estudos que se pautam apenas na auto-localização na escala, o que é passível de imprecisão em relação ao seu significado, mas a divergência ou sintonia entre eleitores e representantes sobre temas substantivos. De modo geral, vem havendo uma crescente congruência política entre eleitores e representantes, entretanto temas como igualdade econômica, aborto, eutanásia, integração europeia e multiculturalismo são pouco consensuais e dificilmente podem ser previstos e incorporados na dimensão esquerda e direita. São questões relativamente novas e os partidos vêm incorporando essas questões no debate apenas nos últimos anos. Fica a pergunta se o mesmo acontece no caso brasileiro. Fica a pergunta se o mesmo acontece no caso brasileiro.

Tarouco (2011) e Tarouco e Madeira (2013), cientes de que é necessária uma revisão dos elementos a serem considerados em uma classificação ideológica, sugerem a incorporação das chamadas questões pós-materialistas que vão além da dicotomia intervenção estatal *versus* livre mercado. Buscando testar a tradicional localização dos partidos brasileiros em uma escala esquerda e direita, confrontaram os programas de alguns dos principais partidos brasileiros com base nas categorias do *Manifesto Research Group* (MRG).¹² A escala foi adaptada, visto que a aplicação *ipsis literis* da referida escala para o caso brasileiro não faria muito sentido. Embora a posição dos partidos emblemáticos não seja alterada, partidos menos expressivos são colocados diferentemente na escala usual defendida pela maioria dos especialistas. De acordo com Almeida (2001), a ciência política brasileira não vem desenvolvendo medições adequadas com esse intuito dada a complexidade do tema. Em um primeiro momento

¹¹ São chamadas de *local policy dimensions* essas questões nacionais que distinguem de forma bastante clara um país do outro. A influência do regime militar brasileiro e a clivagem entre apoiadores e opositores e a ligação com a terminologia esquerda e direita é um exemplo disso.

¹² O *Manifesto Research Group* (MRG) foi lançado em 1979 com o intuito de estudar os manifestos dos partidos europeus e resultou em um vasto banco de dados mantido pelo *Comparative Manifesto Project* em Berlim. Reúne dados sobre posições políticas de 780 partidos em 54 países.

deve-se deixar claro o que se entende por esquerda e direita para daí então de forma mais concreta definir a forma de medição, tipos de perguntas que serão utilizadas, escalas mais adequadas, etc.

Retomando alguns pontos importantes, em se tratando de ideologias clássicas, teríamos uma esquerda reformada que busca humanizar o capitalismo por meio de um estado interventor. A direita, como consequência da crença de um mercado autorregulado, defende um Estado mínimo. As políticas públicas para a "nova esquerda" refletem uma real possibilidade de dar conta da desigualdade de oportunidades a que parcela significativa da população está submetida. A direita, por sua vez, acredita e defende políticas focalistas, em situações bastante específicas, e na ótica do favor.¹³ Já em relação aos novos temas, surgem divergências sobre conceitos-chave. Trajada de uma roupagem conservadora a direita busca manter a tradição e é contrária a temas como aborto e a homossexualidade. A esquerda, em nome da liberdade individual e do caráter cultural e histórico subjacente, encara com maior naturalidade questões dessa natureza. Em relação ao multiculturalismo, um dos principais temas contemporâneos, a esquerda busca uma incessante defesa de grupos considerados desprivilegiados ou minorias. A direita, pautada em uma suposta igualdade de condições aos concorrentes não vê sentido em iniciativas dessa natureza. Vale ressaltar a infinidade de temas que atualmente estão na pauta da discussão e que se teria dificuldade de agrupar em uma ou outra categoria. Temas como a legalização ou não da posse de armas, da eutanásia ou a defesa da migração podem ser enquadrados facilmente e sem restrições? Embora muitos temas estejam vinculados a um ideário de esquerda e direita, muitos outros tratam-se de divergências difíceis de serem enquadradas em uma ou outra categoria.

Além deste impasse, se fariam presentes outros, como a possibilidade de estarmos vinculados à esquerda no que diz respeito ao significado clássico do termo, e nos familiarizarmos com os posicionamentos da direita em relação à novos temas. Dando como exemplo a chamada teologia da libertação, poderia se dizer que é uma corrente considerada de esquerda por estar vinculada ao ideário marxista e pela luta por justiça

¹³ Tanto Couto (2006) quanto Pereira (2006) afirmam que a cultura neoliberal, de direita, defende o predomínio do interesse privado em detrimento dos interesses públicos. Como consequência há uma dificuldade nesse campo para tratar a política pública como uma política de direito, mantendo-a aprisionada à ótica do assistencialismo, do favor e da concessão. A esquerda, por outro lado, defende um projeto redistributivista ao reconhecer os "desamparados" como titulares ou sujeitos de direitos.

social, entretanto em relação à temas como aborto, homossexualidade poderia ter uma postura conservadora muito ligada ao fundamentalismo religioso.

No Brasil um componente importante do uso da terminologia esquerda e direita está relacionado com o apoio à ditadura militar (direita) e oposição à mesma (esquerda). Nesse cenário a defesa da democracia acaba sendo um carro-chefe para a esquerda, sobretudo na sua vertente participativa. A direita, mais avessa a estratégias consideradas "subversivas", em nome da ordem defenderia a democracia representativa, com todas as suas nuances.¹⁴

Moises (2008) construiu uma tipologia destinada a verificar as orientações dos indivíduos quanto à democracia. Segundo ele os diferentes posicionamentos a respeito da contraposição democracia/ditadura bem como à qualidade do regime democrático podem ser sintetizadas nas categorias: democratas, autoritários e ambivalentes.¹⁵ Essas são algumas questões presentes com frequência no debate brasileiro e que poderiam estar atreladas às velhas categorias esquerda e direita, mesmo tendo ciência de que faltariam estudos empíricos para comprovar essa premissa.

Como aponta Thomassen (1999) não há como negar que a dimensão esquerda/direita é um poderoso instrumento de simplificação e comunicação e como tal vem incorporando e absorvendo uma série de conflitos e problemas societários recentes. O conflito de classes perde importância e questões pós-materialistas vem à tona. Mesmo assim é ingenuidade imaginar que todos os tipos de questões dizem respeito à dimensão esquerda e direita.

Muitas são as clivagens possíveis em tempos atuais. Independente de serem de ordem social, política ou cultural, o que não se pode negligenciar é sua perspectiva dinâmica. As divisões dentro da sociedade refletem valores e identidades específicas e normalmente encontram respaldo organizacional, seja através de um partido político, sindicato, igreja, ou alguma outra instituição. Novas questões e preocupações podem dar

¹⁴ Atento à realidade brasileira Rodrigues (1987) é um dos autores que enfatiza o que se convencionou chamar de "direita envergonhada". Grupos políticos e pessoas adeptas de um ideário de direita teriam dificuldade de se autodeclarar como tal visto o caráter negativo da ditadura militar na história recente do Brasil. É ainda importante destacar que o debate entre democracia participativa e representativa é extenso e polêmico. Autores como Urbinati (2006) e Lavallo e Vera (2011) defendem inclusive a superioridade da democracia representativa comparada à "democracia direta".

¹⁵ A construção da tipologia de atitudes políticas proposta por Moises (2008) se pautou na concordância ou discordância e a combinação sobre três questões fundamentais: "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo", "em algumas circunstâncias um governo pode ser melhor" e a última, "para mim tanto faz um regime democrático ou autoritário".

vida a clivagens dormentes (MAIR, 2013). Isso pode justificar a sobrevivência da terminologia esquerda e direita hoje e, mais do que isso, seu fortalecimento ao invés da previsão recorrente de um término eminente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é possível afirmar que alguns dos termos mais carregados normativamente e emocionalmente são os de esquerda e direita, na mesma proporção talvez sejam esses os termos utilizados temerosamente de forma mais imprecisa nas Ciências Sociais e na Ciência Política. Tem-se um uso descuidado e desvinculado do rigor típico da ciência mesmo por parte de especialistas.

Ao buscarmos com o devido rigor interpretarmos o significado da dicotomia esquerda/direita tudo indica que não faz sentido compreendê-la aos moldes da Revolução Francesa, assim como atualizações como a proposta por Bobbio (1995) se referem apenas a novos agrupamentos das ideologias clássicas. Dado o momento atual e as características do que se pode chamar de sociedade pós-industrial, não convém se ater ao binômio Estado/economia ou igualdade/desigualdade dada a diversidade de temas que cunham o cenário político atual. Se a liberdade individual é considerada o bem supremo e só pode ser alcançada pela diminuição do tamanho do Estado, em se tratando de novos temas a liberdade individual, sobretudo de escolha, terá preponderância em relação à tradição e pode ser considerado um ideário de esquerda. Dito de outra forma falar em liberalismo como ideário de esquerda ou direita depende diretamente da questão levada em consideração.

Frente à multiplicidade de concepções político-ideológicas vigentes hoje, entretanto, não parece coerente buscar agrupar toda essa gama de assuntos que passam a estar na pauta do discurso político atual em apenas duas grandes categorias conceituais. Esse movimento seria uma simplificação bastante "grosseira" do mundo. Muitos deles podem ser considerados independentes das ideologias clássicas e, por isso, por mais que se faça um esforço de buscar relações, o resultado final é a percepção de quão desconexos muitos deles se apresentam. Embora possam ainda falar em ideologias políticas, em muitos casos não faz sentido falar em esquerda e direita. As categorias esquerda e direita ainda servem como atalhos informacionais, embora como toda tentativa de simplificação do mundo apresenta limites.

A constatação de que em muitos casos a dicotomia esquerda e direita não dá conta da diversidade de temas ideológicos que são fruto da complexidade das sociedades modernas, não permite aferir que estamos presenciando o fim das ideologias ou mesmo que chegamos ao "fim da história". A tese do finismo, ao invés de trazer indicativos do enfraquecimento do poder explicativo das ideologias, ressalta sua elasticidade e possibilidade de se transformar com o passar do tempo. Elas mudam em consonância com circunstâncias sociais e históricas. Este talvez seja o principal motivo da sua ainda vivacidade. Um segundo motivo exposto por Heywood (2010b) é que a ideologia dá às pessoas algo de suma importância, uma visão de futuro e, mais do que isso, a possibilidade de acreditarmos em algo maior do que nós mesmos. Assim, "[...] uma era pós-ideológica seria uma era sem esperança, sem perspectiva. Essa razão é suficiente para afirmar que a ideologia política está destinada a ser um processo contínuo e sem fim." (p. 123). Diferente do pregado por muitos autores, o debate contemporâneo não parece estar mais matizado, entretanto é evidente que os dilemas são outros.

O trabalho em questão se propôs a trazer essa discussão à baila, trazendo exemplos de temas conexos à velha dicotomia e apresentar temas novos que estão na pauta da discussão recente a fim de tornar essa discussão menos intuitiva e mais lógico-racional. Além de contribuir para o debate filosófico conceitual, muito além disso, possibilita melhores interpretações técnico-empíricas, como avaliação de políticas públicas levadas a cabo por diferentes grupos e ou partidos. Em nenhum momento a pretensão foi encerrar o debate, pelo contrário, iniciar uma discussão de muita relevância para o caso brasileiro, complexo ao extremo em termos ideológicos. Longe de presenciarmos uma "desideologização", é necessário construirmos um novo mapa conceitual que dê conta da realidade. Muitos são os desafios nesse campo de estudo dado o volume de novos temas que a todo momento se fazem presentes em um contexto muito mais volátil do que outrora. Essa conjuntura, ao invés de gerar estagnação, deve fomentar o debate insistente da Ciência Política buscando proporcionar um melhor grau de inteligibilidade aos fenômenos políticos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. **Ideologia e comportamento eleitoral**: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. Trabalho apresentado 25º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG, 2001.

BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECK, U. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

BOBBIO, N. et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Ed. UNB, 1998.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. (orgs.) **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DALTON, R.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. **Political parties and democratic linkage**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

FREITAS, M. A. A esquerda brasileira em tempos neoliberais. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 17, 2004.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

_____. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 34. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 1999.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010a.

_____. **Ideologias políticas**: do feminismo ao multiculturalismo. São Paulo: 2010b.

INGLEHART, R. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à *accountability*. **Lua Nova**, n. 84, 2011, p. 353-364. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n84/a05n84.pdf>> Acesso em 29 set. 2013.

MADEIRA, R. M.; TAROUCO, G. da S. Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, jan./jun. 2011.

MAIR, P. Left-right orientations. In: DALTON, R.; KLINGEMANN, H. D. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

_____. Cleavages. In: KATZ, R. S.; CROTTY, W. **Handbook of party politics**. London: Sage, 2013.

MELO, M. M. de. **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MOISES, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 66, fev. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2013.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, L. M. **Quem é quem na Constituinte**: uma análise sociopolítica dos partidos e deputados. São Paulo: OESP-Maltese, 1987.

ROUANET, S. P. **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SADER, E. **O anjo torto**: Esquerda e Direita no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, J. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

TAROUCO, G. Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 5, n. 1, 54-76, 2011. Disponível em: <http://www.bpsr.org.br/index.php/bpsr/article/view/114/105>. Acesso em: 11 nov. 2013.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 45, mar. 2013.

THOMASSEN, J. Political communication between political elites and mass publics: the role of belief systems. In: MILLER, W. et al. **Policy representation in western democracies**. New York: Oxford University Press, 1999.

_____. The blind corner of political representation. **Representation**, 48:1, 13-27, 2012.

URBINATI, N. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, n. 67, 2006, p. 191-228. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/a07n67.pdf>> Acesso em: 09 set. 2013.